

Ex.ma Senhora  
Presidente da Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.  
Rua Bernardim Ribeiro, 80  
3000-069 - COIMBRA

---

S/ referência	Data	N/ referência	Data
		<b>S056634-202510-</b>	
PCGT – ID 1149	28-08-2025	<b>ARHCTR.DPI</b>	07-10-2025
	17-09-2025	<b>ARHC.DPI.00122.2024</b>	

**Assunto:** Emissão de parecer sobre os elementos da proposta de elaboração do Plano de Pormenor de Espaços de Atividades Económicas de Moreira, UOPG 4 — Polo de Atividades Económicas de Penaverde, concelho de Aguiar da Beira – reunião da conferência procedimental a realizar a 08-10-2025 às 10.30h.

Em resposta aos pedidos de parecer datados de 28-08-2025 e 17-09-2025 sobre os elementos da proposta de elaboração do Plano de Pormenor de Espaços de Atividades Económicas de Moreira, UOPG 4 — Polo de Atividades Económicas de Penaverde (PP), concelho de Aguiar da Beira e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), submetidos na plataforma PCGT, **a APA emite parecer favorável condicionado**, a que na elaboração deste Plano sejam adequadamente **revistas e complementadas as matérias identificadas**, conforme fundamentação e detalhe incluídos nos anexos 1 e 2 do presente ofício, de onde se destaca:

- Revisão e complemento do Regulamento, da Planta de Implantação, da Planta de Condicionantes, do Relatório de Fundamentação do Plano, das Plantas de Infraestruturas, bem como dos restantes documentos escritos e desenhados do PP.
- Quanto à proposta de Regulamento do Plano, a Câmara Municipal (CM) deve reforçar e complementar as normas relacionadas com as alterações climáticas nas suas duas vertentes de mitigação e de adaptação, conforme artigo 75.º do RJIGT<sup>1</sup>. Para o efeito, a CM pode considerar as normas de referência enviadas pela APA, definindo a melhor redação e as melhores opções, tendo em consideração as especificidades do território do PP. Contudo e atendendo a que as competências em matéria de Alterações Climáticas estão presentemente acometidas à recentemente criada Agência para o Clima (ApC), sugere-se em alternativa que a CM proceda à consulta desta entidade, considerando a pertinência da temática.
- Complemento do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica, de acordo com o RJAAE<sup>2</sup> e artigo 187.º do RJIGT.
- Deve ser garantida a articulação da informação contida nas várias peças de Plano - peças escritas, peças desenhadas e legendas, o que nem sempre se verifica.

---

<sup>1</sup> Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual.

<sup>2</sup> Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE) - Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual.

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)

Deve ainda ser clara a articulação da proposta do PP com a AAE realizada. De acordo com o definido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6º do RJAAE, na AAE (especificamente no RA) devem constar as medidas de controlo previstas, as quais devem estar refletidas no desenvolvimento da proposta de PP e respetivas peças. Ou seja, o Relatório do PP deve demonstrar essa circunstância e clarificar quais as medidas, recomendações e contributos que o referido procedimento de AAE deu para a proposta de Plano.

- Deve ser claro o traçado e representação das linhas de água / domínio hídrico na área do Plano e nas várias peças do PP. De salientar que, caso exista, o domínio hídrico e a hidrografia de base devem ser representados nas Plantas do Plano, nos termos da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua atual redação, a margem das linhas de água não navegáveis nem fluviáveis, nomeadamente torrentes, barrancos e córregos de caudal descontínuo, também se encontram sujeitas a servidão administrativa do Domínio Hídrico. Assim as linhas de água sujeitas a servidão administrativa do Domínio Hídrico, devem ser distinguidas das linhas de drenagem.

- Apresentação de “todas as infraestruturas relevantes para o desenvolvimento do PP e garantia da adequada provisão de infraestruturas e de serviços associados”, conforme n.º 7 do artigo 72.º, alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 102.º e alínea d) do n.º 4 do artigo 107.º, todos do RJIGT. Ou seja, demonstrar se a solução proposta no PP consegue garantir o bom funcionamento de todo o Plano (com cerca de 37,4 hectares) e respetiva envolvente, quanto às infraestruturas existentes e previstas, nomeadamente a Rede de abastecimento de água, a Rede de drenagem de águas residuais e a Rede de drenagem de águas pluviais. A Câmara Municipal / entidade gestora destes sistemas públicos deve atestar de forma clara e inequívoca a disponibilidade dos mesmos para as necessidades previstas na globalidade da área do Plano.

- Quanto à previsão da ‘Rede de drenagem de águas pluviais’ propõe-se que o sistema e projeto passe a encaminhar a maior parte destas águas para NE da área do PP, utilizando uma parcela de terreno existente e onde não se preveem edifícios, para criar uma bacia de contenção que permita o escoamento das águas pluviais de forma controlada.

- Deve ser demonstrada a adequada proteção das massas de água superficiais e subterrâneas, atualmente classificadas com estado Razoável e Bom e a garantia que a proposta de Plano não agrava o estado das mesmas, conforme previsto no objetivo estratégico do PGRH RH4A<sup>3</sup> (objetivo estratégico – OE3 do anexo IV) e nos artigos 45.º a 47.º da Lei da Água<sup>4</sup>.

- Caso o PP em causa enquadre projetos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), alerta-se para a necessidade de articular os vários regimes legais nestes processos.

- Na fase seguinte, a documentação a disponibilizar pela CM deve ser acompanhada da ponderação atempada da globalidade dos pareceres emitidos, com a indicação clara das alterações efetuadas e a fundamentação para todas as indicações não acolhidas.

No atual processo, a ponderação dos pareceres refere-se apenas ao procedimento da AAE e consta como anexo no RA. De futuro a mesma deve avaliar a totalidade dos pareceres, deve ser elaborada pela CM e não apenas pela equipa técnica da AAE e deve ainda conter a justificação dos contributos eventualmente não considerados.

---

<sup>3</sup> Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril

<sup>4</sup> Aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual

- Quanto à informação vetorial remetida, a documentação a disponibilizar para apreciação (plantas) deve permitir a sobreposição com a informação vetorial que esta Agência dispõe. Assim, a mesma deve ser entregue em formato *shapefile* no sistema de coordenadas oficial de Portugal Continental PT-TM06-ETRS89 (EPSG: 3763). A informação deve ainda estar estruturada em pastas, de acordo com as plantas onde é representada, com nomenclatura clara e tabela de atributos devidamente esclarecedora. A informação geográfica a enviar deverá corresponder à totalidade dos temas representados nas peças desenhadas do Plano

Esta entidade está disponível para qualquer esclarecimento tido por conveniente.

Com os melhores cumprimentos,

O Administrador Regional da ARH do Centro

Nuno Bravo

(ao abrigo de competência subdelegada – Despacho nº 1741/2025,  
publicado no Diário da República, 2ª série, de 6 de fevereiro de 2025)

Em anexo (28 páginas):

Anexo 1 - Apreciação da proposta do Plano de Pormenor de Espaços de Atividades Económicas de Moreira

Anexo 2 - Breve descrição da área do Plano no âmbito dos recursos hídricos e outras matérias da competência da APA

## **Anexo 1**

### **Apreciação da proposta do Plano de Pormenor do Espaço de Atividades Económicas de Moreira**

#### **1. Antecedentes**

- Em 10-02-2021 a APA, através do ofício com ref. S008841-202102-ARHCTR.DPI, emitiu parecer sobre o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD) da 1ª fase da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e sobre outras matérias relevantes / complementares a considerar no PP (ID da PCGT 425). O parecer emitido foi favorável condicionado a que na elaboração do PP e na fase seguinte da AAE, a que corresponde a elaboração do Relatório Ambiental fossem considerados os aspetos focados no mesmo.

No entanto, esse processo com o ID da PCGT 425 caducou e reiniciou-se o processo com o ID 1149, com aproveitamento dos atos e formalidades praticados no âmbito do processo anterior.

#### **2. Enquadramento**

- Para este parecer foram analisados os elementos que constituem e que acompanham o Plano (peças escritas, desenhadas e informação vetorial) disponibilizados na PCGT, datados de dezembro 2024, fevereiro e maio de 2025.

- Neste processo deve ser considerado o anexo 2 do presente parecer. O mesmo já tinha sido remetido com o anterior parecer da APA de 10-02-2021. Contudo decorridos mais de 4 anos segue novamente atualizado. Nele consta a 'breve descrição da área do Plano no âmbito dos recursos hídricos e outras matérias da competência da APA'. Alerta-se para a importância da sua consideração na elaboração do Plano e respetiva AAE.

A relevância dessa informação e das atividades e ocupações atualmente existentes no território e envolvente do PP, têm condicionantes específicas sobre o mesmo, situação que deve ser devidamente acautelada em todas as peças do presente Plano.

- Conforme informação disponibilizada, a área de intervenção do PP é de 36,6 ha (ou 37,4 ha). Atualmente a área encontra-se naturalizada, apresentando apenas uma unidade industrial relacionada com a extração do saibro, na área identificam-se algumas explorações de saibro desativadas e que não foram objeto de projeto de recuperação. De acordo com o PDM em vigor a área do PP é abrangida pela 'UOPG 4 – Espaço de Atividade Económica – Pólo IV – Pena Verde' e está classificada como solo urbano nas categorias: Espaços de atividades económicas e Espaços Verdes.

É ainda referido que a proposta do PP prevê a criação de 36 parcelas destinadas a indústria, armazéns, comércio e serviços, bem como 2 parcelas para equipamentos. Terá efeitos registais, dispensando a necessidade de se efetuar uma operação de loteamento, carecendo de projeto das obras de urbanização das infraestruturas e dos arranjos exteriores.

#### **3. Elementos que constituem o Plano**

##### **3.1. Regulamento**

No que respeita à proposta de Regulamento apresentada (de fevereiro de 2025) é de referir os seguintes aspetos a rever, completar e clarificar:

- O PP desenvolve e concretiza em detalhe as propostas de ocupação de uma área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos

espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, etc. (artigo 101.º do RJIGT<sup>5</sup>), este não se deve confundir com planos municipais de outro tipo, regulamento municipal, etc. Nas regras gerais aplicáveis às operações urbanísticas o Plano deve estabelecer normas claras sobre as intervenções permitidas ou interditas, para cada uma das áreas. As regras que a CM julgar necessárias devem ser desde logo definidas no PP, de acordo com o seu conteúdo material. A este propósito, note-se que no Regulamento não devem ser usadas normas que se traduzam em incerteza sobre as regras a aplicar, podendo gerar confusão e conduzir a decisões arbitrárias e casuísticas.

- Deve ser clarificada a designação do PP, por vezes é designado de “espaço de atividades económicas de Moreira” e outras “polo de atividades económicas de Pena Verde”.

#### *Artigo 1.º - Âmbito territorial*

- No n.º 3 deve ser retificada ou clarificada a área de intervenção do Plano que é aqui de 37,4 ha e noutras peças do PP é de 36,6 ha.

- Deve ser clarificada a designação do PP, por vezes é designada de “espaço de atividades económicas de Moreira” (artigos 1.º, 23.º, 34.º e 38.º) e outras “polo de atividades económicas de Pena Verde” (artigos 2.º, 21.º).

#### *Artigo 2.º - Objetivos*

Dada a pertinência e oportunidade das alterações climáticas (AC), ponderar a integração de objetivos relacionados com estas matérias, nas suas duas vertentes de mitigação e de adaptação – ver n.º 3.1.2 do presente parecer.

#### *Artigo 3.º - Composição do Plano*

- No n.º 2 alínea c) deve ser apresentado e indicado o ‘Resumo não Técnico da AAE’ que acompanha o Relatório Ambiental da AAE.

### **CAPÍTULO II - SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA**

#### *Artigo 7.º - Identificação*

- A informação constante neste artigo do Regulamento deve encontrar-se devidamente articulada com a Planta de Condicionantes que integra as servidões e restrições de utilidade pública em vigor. Devem ainda ser considerados os aspetos e retificações referidas no n.º 3.3 do presente parecer, nomeadamente a estrutura e respetivas designações.

- Caso exista ‘domínio público hídrico’, no que se refere à estrutura do n.º 1, quanto à alínea a) sugere-se que se adote a seguinte:

“Recursos Naturais

Recursos Hídricos

- Domínio público hídrico:

- Leito e margem das águas fluviais”

---

<sup>5</sup> Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação.

#### Artigo 8.º - Regime

- Relativamente ao regime aplicável, de modo a salvaguardar a envolvente dos 'leitos e margens das águas fluviais', sugere-se a inclusão da seguinte norma:

"Caso se identifiquem desfasamentos e omissões, entre a representação gráfica do domínio hídrico (Leitos e margens das Águas Fluviais) na Planta de Condicionantes e a realidade física do território, aplicar-se-á às linhas de água existentes no local todas as disposições referentes à servidão administrativa, pelo que na instrução dos pedidos de informação prévia, licenciamento e das comunicações prévias deve ser avaliada a área de intervenção da operação em função do existente no sítio e lugar."

#### SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES COMUNS

- Nesta seção deve constar um artigo com as "Condições de incompatibilidade".
- Nesse artigo recomenda-se a ponderação e integração dos "aspetos gerais a completar e integrar no Regulamento" indicados abaixo e ainda das seguintes normas:
  - "Considera-se, em geral, como usos e utilizações compatíveis com a função dominante os que, de forma aceitável não constituam fator de risco para a saúde humana incluindo o risco de explosão, de incêndios, de toxicidade ou de contaminação do ambiente.
  - Não é permitida a instalação de estabelecimentos de fabrico ou armazenagem de produtos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves (RJPAG) que, devido à sua perigosidade, possam afetar os equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva e estabelecimentos de comércio e serviços por não cumprirem as condições de usos e utilizações definidas no número anterior."

#### Artigo 10.º - Medidas de salvaguarda ambiental

- Na alínea b) do n.º 1 é referido: "*Cada lote deverá dispor de poço de infiltração de águas pluviais para rega ou lavagens que não requeiram o uso de água potável*". Solicita-se a clarificação desta norma, se o poço é de infiltração como poderão usar as águas pluviais para rega ou lavagens?

- Neste artigo e outros do Regulamento é feita referência à utilização de 'pisos / pavimentos permeáveis ou semipermeáveis', recomenda-se a clarificação deste conceito conforme decorre do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro:

*"Pavimento permeável ou semipermeável — revestimento da superfície do solo com recurso a materiais inertes com um coeficiente de impermeabilização – Cimp ≤ 0,5".*

Como referido acima, no Regulamento não devem ser usadas normas que se traduzam em incerteza sobre as regras a aplicar, podendo gerar confusão e conduzir a decisões arbitrárias e casuísticas.

- Neste artigo verifica-se com agrado a previsão de normas relacionadas com as alterações climáticas (AC), contudo solicita-se que as mesmas sejam reforçadas nomeadamente tendo em consideração os aspetos apontados no n.º 3.1.2 do presente parecer e ainda o referido de seguida.

- As intervenções no espaço público e nas operações urbanísticas devem, sempre que possível, promover também as seguintes ações:

- Implementar estruturas arbóreas e arbustivas em arruamentos, praças e largos, e demais estruturas verdes urbanas para mitigar o efeito das ilhas de calor urbano;
- Promover a plantação de espécies vegetais com maior capacidade de captura de carbono;
- Fomentar o aumento de áreas permeáveis e restringir a impermeabilização em locais que condicionem o funcionamento do sistema hídrico;
- Recolher e encaminhar de forma correta as águas pluviais;
- Promover a sustentabilidade dos edifícios e do espaço público, desde a fase de conceção das intervenções e operações urbanísticas, com o aproveitamento local de recursos;
- Promover a autossuficiência energética dos edifícios, quer ao nível do novo edificado, quer ao nível da reabilitação do património existente;
- Promover a reabilitação urbana e readaptação do edificado com usos obsoletos para novas funções compatíveis com a conservação dos valores do património cultural;
- Promover a eficiência energética nos sistemas de iluminação pública, iluminação semafórica e outras estruturas urbanas;
- Introduzir tecnologias de aproveitamento de energias renováveis no meio urbano;
- Promover a interação da rede elétrica com as novas fontes de produção de eletricidade;
- Ponderar que as operações urbanísticas que adotem soluções de eficiência energética possam vir a beneficiar de incentivos, nos termos a fixar em Regulamento municipal.

- Recomenda-se que estas normas fiquem concentradas num único artigo – ver indicações sobre o “Artigo 16.º - Edifícios propostos”

#### Artigo 11.º - Ruído

- Nos n.ºs 1 e 3 é feita referência ao ‘Regulamento Geral do Ruído’, sobre esta temática devem ser considerados para o efeito os documentos - notas técnicas e guias, disponíveis no site da APA, no [link](https://apambiente.pt/ar-e-ruído/notas-tecnicas-e-guias):

<https://apambiente.pt/ar-e-ruído/notas-tecnicas-e-guias>

- No n.º 2 é referido “O mapa do zonamento acústico vem identificado na planta de implantação”, aspeto a clarificar uma vez que nesta Planta do PP esta informação está identificada numa figura auxiliar e esquemática.

#### Artigo 12.º - Estrutura ecológica

Este artigo carece de clarificação uma vez que consta nos vários números propostos a intensão de “...proteção das áreas de maior sensibilidade e valor ecológico... salvar a proteção e conservação dos corredores ecológicos e linhas de água... salvaguarda dos recursos hídricos... naturalização do curso de água e o desenvolvimento da galeria ripícola associada...”. Contudo algumas das linhas de água e respetivas zonas de proteção classificadas na Planta de Condicionantes do PP estão ocupadas por novos:

- Espaço público (passeios, estacionamento);
- Muros e vedações;
- Parcelas destinadas a atividades económicas (parcelas com ref. 23, 13, 14 e 15).



#### *Artigo 16.º - Edifícios propostos*

- No n.º 7 é referido o seguinte *"A construção de novos edifícios ou a ampliação e alteração de edifícios existentes, devem promover o cumprimento dos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental e de combate às alterações climáticas:..."*.

Para que não subsistam dúvidas sobre as normas aplicáveis, recomenda-se que estas fiquem concentradas num único artigo – ver indicações sobre o "Artigo 10.º - Medidas de salvaguarda ambiental".

#### *Artigo 20.º - Acessos à via pública*

Este artigo carece de clarificação uma vez que estão previstas novas parcelas (13, 14, 15) com atravessamentos da linha de água (indicada na Planta de Condicionantes do PP como servidão do domínio hídrico) sujeitos a licenciamento da APA, pelo que nem todas as normas deste artigo se aplicam a estas 3 parcelas, aspeto a ponderar e avaliar.

### **SECÇÃO III - PARCELAS DESTINADAS A ATIVIDADES ECONÓMICAS**

#### *Artigo 22.º - Regime*

- No n.º 2 é referido o seguinte *"Quando permitido o uso industrial, são admitidas todas as tipologias de atividade industrial, em conformidade com o disposto na legislação em vigor."*

A este propósito, caso esteja prevista a instalação de estabelecimentos industriais enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto - RJPAG<sup>6</sup>, deve a AAE avaliar essa circunstância e serem solicitadas a esta Agência as normas para integrar no Regulamento do PP.

De referir que o licenciamento ou autorização de um novo estabelecimento industrial, abrangido pelo RJPAG, só poderá concretizar-se, após emissão de parecer da APA que ateste a compatibilidade da localização, no que respeita à prevenção de acidentes graves, sendo as zonas de perigosidade que lhe estão associadas posteriormente comunicadas à autarquia.

Mais informação disponível no *site* da APA em: <https://apambiente.pt/prevencao-e-gestao-de-riscos/estabelecimentos-abrangidos#>

### **SECÇÃO IV - EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA**

#### *Artigo 24.º - Regime*

- No n.º 1 do artigo 22.º é referido que a edificabilidade das parcelas destinadas a atividades económicas consta também do quadro anexo - "Anexo I - quadro de edificabilidade das parcelas". Contudo, no n.º 1 deste artigo 24.º não é indicado qualquer edificabilidade para as parcelas destinadas a 'equipamentos de utilização coletiva', nem a mesma consta do referido "Anexo I - quadro de edificabilidade das parcelas".

Contudo na Planta de Implantação do PP consta o 'quadro de síntese da proposta' onde são previstos vários parâmetros urbanísticos associados às duas áreas de equipamento – EQ1 e EQ2. Este aspeto deve ser devidamente articulado.

- No n.º 2 é indicado um "índice de impermeabilização de 70%". Convém clarificar se diz respeito ao índice máximo e se o mesmo tem por base a área das novas parcelas. Também na Planta de Implantação do PP no 'quadro de síntese da proposta' é indicada a área máxima de

<sup>6</sup> Regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (RJPAG) - Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto



impermeabilização para estas 2 parcelas de equipamento. Também este aspeto deve ser devidamente articulado.

#### *SECÇÃO V - ESPAÇOS VERDES*

*Artigo 26.º - Espaços verdes de recreio e lazer*

*Artigo 27.º - Espaços verdes de proteção e enquadramento*

- Dada a importância destas áreas também por garantirem a infiltração da água, a diminuição do escoamento superficial e a recarga dos aquíferos, devem ser promovidas as boas práticas que favoreçam a efetiva permeabilidade do solo, prevendo a adoção de normas que visem, entre outros aspetos:

- Promover a infiltração das águas pluviais não contaminadas, recorrendo a técnicas como a modelação do terreno e outras;
- Promover a adoção de pavimentos em materiais apenas permeáveis.

- Nestes artigos recomenda-se também a articulação com os “aspetos gerais a completar e integrar no Regulamento” e com as indicações acerca do artigo 10.º apontadas acima.

- Nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 27.º é feita referência ao tratamento das ‘áreas adjacentes às linhas de água’, aspeto que deve ser também integrado no artigo 26.º por aí existirem ‘áreas adjacentes às linhas de água’.

*Artigo 29.º - Alinhamentos arbóreos*

- No n.º 2 deve ser retificada a referência ao concelho de ‘Porto de Mós’.

#### *SECÇÃO VII - INFRAESTRUTURAS*

*Artigo 34.º - identificação e regime*

- No n.º 2 onde constam as redes de infraestruturas previstas, está em falta a referência à ‘Rede de Drenagem de águas residuais’, aspeto a clarificar.

A este propósito, refere-se que na subálnea ii), alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º é referido que o PP é acompanhado por “Rede de Infraestruturas Proposta – Drenagem de águas residuais”.

#### *Anexo I - Quadro de edificabilidade das parcelas*

- Este Quadro consta da Planta de Implantação do PP. Contudo na referida Planta consta outro “Quadro síntese da proposta” que deveria também ser integrado no Regulamento como anexo.

### **3.1.1. Aspetos gerais a ponderar e integrar no Regulamento**

Como referido ao longo deste parecer, considera-se que no Regulamento devem ser reforçadas e fomentadas a adoção de medidas relacionadas com as boas práticas que favoreçam a valorização dos recursos hídricos e a permeabilidade do solo com águas não contaminadas, devendo ser considerados, entre outros, os seguintes aspetos:

- Ponderar as recomendações constantes dos Guias da CCDRC, DGT, CNT – ver n.º 4.1 do presente anexo 1.

- A necessidade de integrar indicações que traduzam as 'medidas de planeamento e gestão / recomendações' resultantes da AAE do presente processo de PP. No RA são apresentados quadros com as "medidas observadas no Plano" e integradas no Regulamento, contudo importa estender a outras peças do PP.

- No n.º 3.1.2 do presente anexo 1, devem ser reforçadas as medidas e regras relacionadas com as alterações climáticas (AC), nas suas duas vertentes de mitigação e de adaptação.

- Reforçar a previsão dos mecanismos e técnicas de promoção de infiltração das águas pluviais e/ou o seu aproveitamento, de forma a reduzir os caudais afluentes à respetiva rede de drenagem e a promover o uso eficiente da água.

- Reforçar a criação de zonas verdes e respetiva modelação do terreno que facilite a infiltração de água.

- Reduzir ao mínimo a impermeabilização dos espaços exteriores, com a adoção de pavimentos em materiais permeáveis no espaço privado e no espaço público (passeios, calçadas, praças, estacionamento, acessos pedonais, pistas clicáveis, etc.) e, sempre que possível, prever a aplicação de pavimentos permeáveis e porosos.

Sugere-se que a CM defina/caraterize quais os materiais considerados permeáveis, situação que provoca algumas dúvidas e nem sempre é de consenso (poderão ser definidos ao nível do Regulamento Municipal de Edificação ou como esclarecimento técnico interno).

- Prever requisitos específicos na seleção das atividades a instalar, nomeadamente no que se refere ao tratamento e drenagem das águas residuais a acautelar, de forma a não agravar (e reverter) o estado das massas de água, ver o anexo 2 do parecer.

- Prever requisitos específicos a observar nos projetos dos edifícios de forma a promover a eficiência hídrica dos mesmos.

### **3.1.2. Aspetos relacionados com as alterações climáticas a ponderar e integrar no Regulamento**

Adicionalmente refere-se ainda que artigo 75.º do RJIGT estabelece que '*os planos municipais visam estabelecer: ...Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental, da integridade paisagística, da preservação do património cultural e de transição energética*'. Assim, os Planos Municipais deverão integrar gradualmente políticas, medidas, princípios e regras destinadas a incrementar a eficiência ambiental, entendida como a otimização da utilização dos recursos naturais primários - energéticos, hídricos, solo e materiais, seja do ponto de vista da adaptação, promovendo a eficiente utilização de recursos limitados, seja do ponto de vista da mitigação, porquanto contribuem para a redução do consumo energético e inerente diminuição de emissões de CO<sub>2</sub>.

Sobre esta temática alerta-se para o recente estudo *online* "Clima de Mudança: perceções sobre os desafios ambientais em Portugal"<sup>7</sup>.

Importa salientar a importância de ter em consideração os 'planos municipais de ação climática'<sup>6</sup>, i.e., estratégias municipais e/ou intermunicipais referentes às AC.

Face ao exposto, em complemento às normas previstas no Regulamento do Plano, sugere-se a ponderação das seguintes cabendo à CM a seleção das mais adequadas em função das especificidades do presente PP:

<sup>7</sup> Consulte o estudo e as suas ideias-chave. [Livro-Digital\\_Clima-de-Mudanca\\_25-jun.pdf](#)

“Artigo [a definir pela CM]

No que respeita à adaptação e resiliência aos fenómenos meteorológicos extremos de modo a garantir o funcionamento e manutenção do sistema hídrico, a intervenção no espaço público e nas operações urbanísticas deve, sempre que possível, promover as seguintes ações:

- a) Criar bacias de retenção ou detenção a montante dos aglomerados urbanos, desde que não coloquem em causa o funcionamento do sistema hídrico e o grau de conservação dos valores naturais;
- b) As bacias de retenção, detenção ou infiltração devem adotar soluções técnicas que promovam o armazenamento das águas pluviais para reutilização, nomeadamente para rega, lavagens de pavimentos, alimentação de lagos e tanques e outros usos não potáveis;
- c) Libertação das áreas envolventes das linhas de água, leitos de cheia e inundações, de modo a salvaguardar as condições de segurança de pessoas e bens;
- d) Fomentar o aumento de áreas permeáveis em solo urbano e restringir a impermeabilização em locais que condicionem o funcionamento do sistema hídrico;
- e) Recolher e encaminhar de forma correta as águas pluviais.

Artigo [a definir pela CM]

1. No que respeita à melhoria do ambiente urbano, a intervenção no espaço público e nas operações urbanísticas, devem, sempre que possível, cumprir as seguintes ações:

- a) Assegurar a integração de tecnologias sustentáveis orientadas para a redução de consumos, para a eficiência energética e para a produção de energia a partir de fontes renováveis;
- b) Utilizar material vegetal, nos jardins públicos, nos quais se privilegie a utilização de espécies autóctones e outras adaptadas às condições edafoclimáticas do território;
- c) Implementar estruturas arbóreas e arbustivas em arruamentos, praças e largos, e demais estruturas verdes urbanas para mitigar o efeito das ilhas de calor urbano;
- d) Promover a plantação de espécies vegetais com maior capacidade de captura de carbono;
- e) Reduzir ao mínimo a impermeabilização dos espaços exteriores, com a adoção de pavimentos em materiais permeáveis no espaço privado e no espaço público (passeios, calçadas, praças, estacionamentos, acessos pedonais, pistas cicáveis, etc.) e, sempre que possível, prever a aplicação de pavimentos permeáveis e porosos.
- f) Promover a integração das intervenções em espaço público com a rede de transportes públicos e com as infraestruturas de apoio à mobilidade suave.

2. No que respeita ao aumento da eficiência ambiental dos recursos, a intervenção no espaço público e nas operações urbanísticas deve, sempre que possível, promover as seguintes ações:

- a) A sustentabilidade dos edifícios e do espaço público, desde a fase de conceção das intervenções e operações urbanísticas, com o aproveitamento local de recursos;
- b) Utilização de métodos e adoção de materiais de construção com elevados coeficientes de reflexão difusa e baixa condutividade térmica provenientes de fabricantes com certificações ambientais, preferencialmente com origem em fornecedores locais;
- c) A autossuficiência energética dos edifícios quer ao nível do novo edificado, quer ao nível da reabilitação do património existente;

- d) A reabilitação urbana e readaptação do edificado com usos obsoletos para novas funções compatíveis com a conservação dos valores do património cultural;
  - e) A eficiência energética nos sistemas de iluminação pública, iluminação semafórica e outras estruturas urbanas;
  - g) A interação da rede elétrica com as novas fontes de produção de eletricidade.
3. As operações urbanísticas que adotem soluções de eficiência energética podem vir a beneficiar de incentivos, nos termos a fixar em Regulamento municipal.

#### Artigo [a definir pela CM]

No que respeita ao potencial de emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE) e de degradação da qualidade da água por via da utilização de fitofármacos, fertilizantes, deve-se, sempre que possível, promover as seguintes ações de sensibilização:

- a) A utilização nos espaços verdes de espécies mais resilientes aos efeitos das alterações climáticas e menos exigentes em termos de consumo de água e de fitofármacos;
- b) A adoção de medidas de eficiência energética e hídrica relacionadas com a utilização dos sistemas de rega."

Contudo e atendendo a que as competências em matéria de Alterações Climáticas estão presentemente cometidas à recentemente criada Agência para o Clima (ApC), sugere-se, em alternativa, que a CM proceda à consulta desta entidade, considerando a pertinência da temática.

### **3.2. Planta de Implantação**

No seguimento do exposto acima, a Planta de Implantação do Plano (c/ ref. III-01), datada de fevereiro de 2025, deve ser completada e revista tendo presente o referido neste parecer e os seguintes aspetos:

- No anterior parecer da APA foi indicado *"...na área de intervenção do Plano existem algumas linhas de água. Pelo que as mesmas devem ser avaliadas enquanto condicionantes, 'servidões administrativas e restrições de utilidade pública' no âmbito dos recursos naturais - 'Domínio Hídrico'. Deve ainda ser considerado o seguinte:*

- O desenho dos lotes/parcelas e respetiva proposta de ocupação deve ter em consideração as linhas de água existentes na área de intervenção. Relembra-se que a delimitação das parcelas/lotes deve salvaguardar a servidão do domínio hídrico, devendo as linhas de água ser mantidas sem artificialização e integradas nos espaços verdes.*
- A modelação do terreno, a implantação dos edifícios e das infraestruturas devem ter em atenção os declives naturais, evitando movimentos de terra que contrariem significativamente a sua orografia e a rede hidrográfica (drenagem natural) existente..."*

- As várias linhas de água, caso existam, devem ser representadas e legendadas de forma articulada em todas as plantas do PP. Devem constar da legenda como "Hidrografia" ou "Rede Hidrográfica", as mesmas não devem ser apresentadas em duplicado.

As linhas de água (leito e margem das águas fluviais) sujeitas a servidão administrativa do Domínio Hídrico, caso existam, devem ser distinguidas das linhas de drenagem, devem ser claramente identificadas e legendadas em todas as peças do PP – ver imagens seguintes.

- Por norma as linhas de água devem ser mantidas sem artificialização e integradas nos espaços verdes, contemplando ações de renaturalização com vista à recuperação das suas secções de escoamento, situação que não foi considerado em algumas áreas do PP pelo que se volta a reforçar este aspeto – ver imagens seguintes.

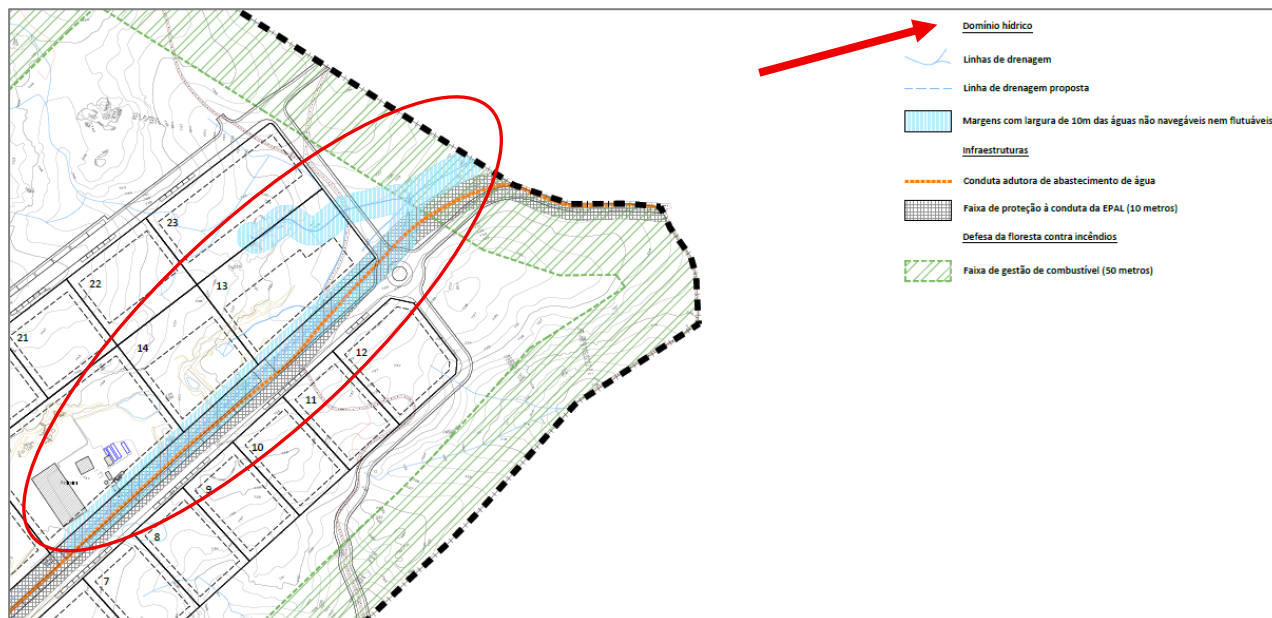


Figura 1 - Extrato da 'Planta de Condicionantes do Plano' – a vermelho área abrangida pelo domínio hídrico e respetiva legenda

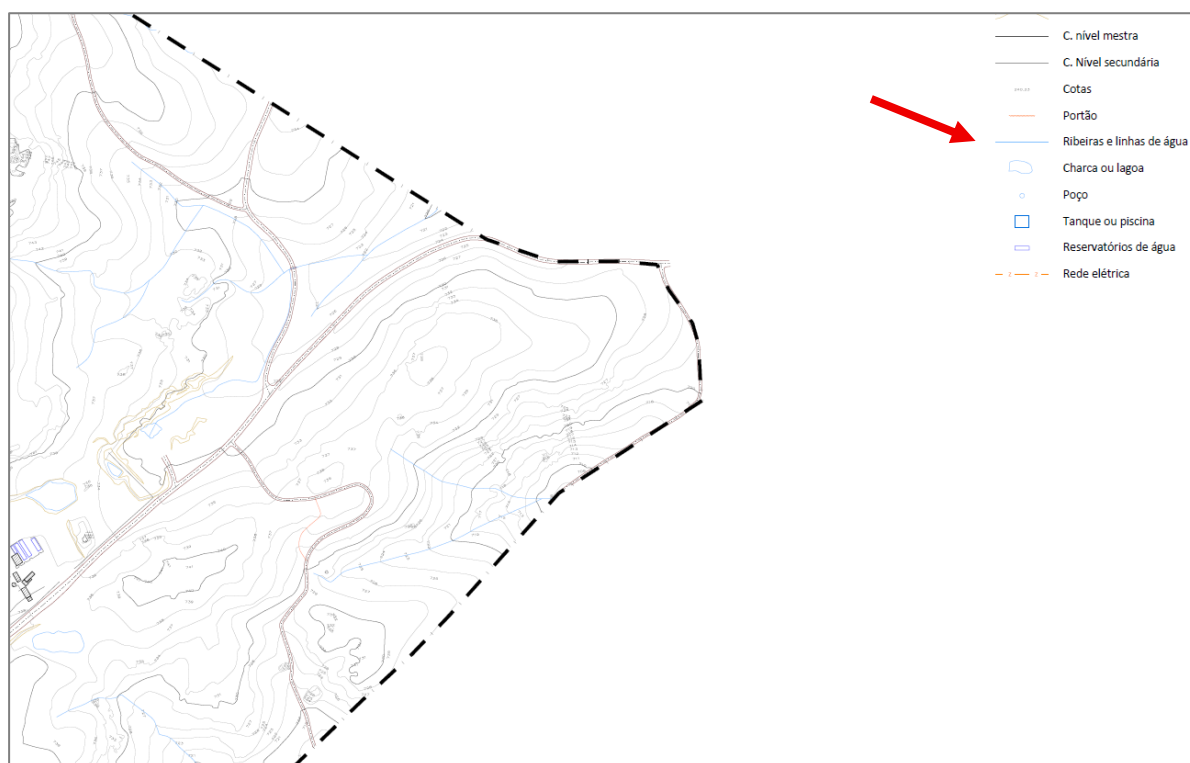


Figura 2 - Extrato da 'Planta da situação existente: base cartográfica' – a vermelho legenda do domínio hídrico / rede hidrográfica

- Tal como referido neste parecer, a solução urbanística apresentada deve ser ajustada e completada considerando os seguintes aspetos:

- Na Planta de Condicionantes do PP (figura 1) está assinalada uma linha de água a NE do PP. Este é um local para onde as águas pluviais escorrem. Propõe-se um complemento na solução urbanística em articulação com a revisão da proposta da rede de águas pluviais, de forma a encaminhar a maior parte destas águas para NE do PP, utilizando uma parcela de terreno ali existente e onde não se preveem novos edifícios, para criar uma bacia de contenção que permita o escoamento das águas pluviais de forma controlada.
- Devem ser definidos os pontos de descarga da rede de drenagem de águas pluviais do PP nas linhas de água existentes que tenham capacidade para absorver o acréscimo de caudal;
- Todas as estruturas de apoio às redes de infraestruturas propostas no PP devem localizar-se na área de intervenção do Plano. Nesta planta são assinaladas: "Áreas técnicas de infraestruturas, Reservatório de água e Estação Elevatória de águas residuais", completar com outras em falta.

- A área de intervenção do PP consta nesta planta como - 37,4 ha. Em outras peças do PP é indicada a área de 36,6 ha (caso do RA da AAE), aspeto a rever.

### 3.3. Planta de Condicionantes

No seguimento do exposto acima, a Planta de Condicionantes do Plano (c/ ref. III-02), datada de fevereiro de 2025, deve ser completada e revista tendo presente o referido neste parecer e os seguintes aspetos:

- Nesta Planta terão de ser atualizadas, integradas, delimitadas e legendadas as servidões e restrições de utilidade pública, em vigor no território (também em termos de recursos hídricos), que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do solo - conforme alínea c), n.º 1 do artigo 107.º do RJIGT.

- Esta planta terá de estar articulada com o artigo 7.º do Regulamento (ver n.º 3.1 do anexo 1 deste parecer).

- Clarificar quais as linhas de água existentes na área do PP sujeitas a servidão administrativa do Domínio Hídrico, devendo ser representadas e legendadas em conformidade:

"Recursos Naturais

Recursos Hídricos

- Domínio público hídrico:

- Leito e margem das águas fluviais"

- As linhas de água (leito e margem das águas fluviais) devem ser distinguidas das linhas de drenagem.

- A área de intervenção do PP consta também nesta planta como - 37,4 ha. Em outras peças do PP é indicada a área de 36,6 ha (caso do RA da AAE), aspeto a rever e clarificar.



## 4. Elementos que acompanham e complementam o Plano

### 4.1. Relatório de Proposta

Analisado este Relatório (de fevereiro de 2025), deve ser completado e revisto, nomeadamente nos aspetos seguintes:

a. No n.º 1.1 - Introdução é referido que a área de intervenção do PP é de 37,4 ha (área também indicada nas Plantas de Implantação e Condicionantes do PP), mas em outras peças do PP é indicada a área de 36,6 ha e 36,5 ha (caso do RA da AAE). Sobre este assunto, no n.º 3.1 é indicado que o atual limite do PP é de 37,4ha e o limite do PP original era de 36,6 ha, aspeto a rever e articular nas várias peças do PP.

b. Nos n.ºs 1.3 e 2.1 do Relatório (páginas 9 e seguintes) quanto à caracterização da área de intervenção do PP é feita referência à existência de um 'plano de água artificial', inclusive são apresentadas fotos do mesmo. Sobre o mesmo é referido que não se pretende manter na proposta do PP *"...o que irá resultar na alteração da rede hídrica existente. Prevê assim a salvaguarda das linhas de drenagem pluvial, criando faixas de proteção classificadas como espaços verdes..."*

Contudo no RA é feita uma breve referência a um "Plano de água (a requalificar)" e é apresentado um esquema da solução urbanística do Plano com esta circunstância. Este aspeto carece de clarificação sendo que as peças do PP devem estar articuladas e compatibilizadas entre si.

c. Salienta-se que a nomeadamente a laboração de indústrias sem as adequadas redes de infraestruturas – abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e pluviais, pode ter grandes repercussões na qualidade dos recursos hídricos, por isso, estas infraestruturas urbanas devem ser devidamente consideradas, avaliadas e ponderadas na estratégia a adotar na área do presente PP. Alerta-se para o atual estado das massas de água na área do Plano (ver anexo 2 do presente parecer), o qual deve ser melhorado e não agravado.

d. Sobre estas infraestruturas urbanas, no n.º 3.8.1 (páginas 42 e seguintes) relativamente à Rede de abastecimento de água prevista no PP, importa articular as várias peças do Plano e completar este ponto com os seguintes aspetos:

- Face ao volume de urbanização e edificação prevista (em 37,4 ha), à avaliação apresentada das necessidades de água e às soluções previstas para este sistema, deverão as mesmas ser articuladas com as Plantas de Infraestruturas propostas constantes do PP e do respetivo 'Programa de Execução e o Plano de Financiamento' do Plano, o qual nada refere sobre quando serão construídas especificamente estas estruturas.

- Tendo em conta as necessidades de água estimadas, atendendo a que o PP passará a dispor de áreas consideráveis de novos espaços verdes com cerca de 17,7ha (176 549m<sup>2</sup>), deverá ser indicada a forma de rega destes espaços e qual a respetiva origem da água. Como referido ao longo deste parecer, para a rega dos espaços verdes devem ser previstas soluções de reaproveitamento de águas pluviais e/ou residuais.

e. No n.º 3.8.2 (páginas 50 e seguintes) relativamente à Rede de 'saneamento de água residuais' prevista no PP, importa articular as várias peças do Plano e completar este ponto com os seguintes aspetos:

- Neste ponto do Relatório, outros do Regulamento e das várias peças do PP é feita referência aos conceitos de 'ÁGUAS RESIDUAIS', 'SANEAMENTO', etc. Estes vários conceitos devem ser clarificados e articulados nas várias peças do PP. Deve ser perceptível em que situações a utilização destas definições / conceitos abrangem (ou não) os sistemas de 'drenagem e tratamento de águas residuais e pluviais'. Ver para tal as definições do artigo 3º do Decreto-Lei

n.º 236/98, de 1 de agosto, na sua atual redação, e do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, na sua atual redação.

Ver ainda e para este efeito o conceito técnico de “infraestruturas urbanas” (ficha n.º I-38) do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro (que procede à fixação dos conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo).

- Neste ponto é referido *“Na área em estudo, na eventualidade de serem produzidas águas residuais de características compatíveis com águas residuais urbanas, na parte que drena para sudoeste, elas poderão ser encaminhadas para a ETAR do Prado, conforme informação obtida junto da Câmara Municipal de Aguiar da Beira. No entanto, é necessário garantir que: a) A ETAR tem capacidade para tratar as águas residuais em apreço, quer em termos de caudal, quer em termos de carga; b) Os coletores a jusante da área em estudo são capazes de comportar o aumento de caudal afluente.”* Este aspeto deve ser avaliado e apresentadas soluções claras quanto ao destino e tratamento das águas residuais (saneamento).

- Face ao volume de urbanização e edificação prevista (em 37,4 ha), à avaliação apresentada dos caudais previstos de águas residuais e às soluções previstas para este sistema, deverão as mesmas ser articuladas com as Plantas de Infraestruturas propostas constantes do PP e com o respetivo ‘Programa de Execução e o Plano de Financiamento’ do Plano, o qual nada refere sobre quando serão construídas especificamente estas estruturas.

- Assim, reforça-se a necessidade de a CM acautelar eventuais problemas na gestão, tratamento e destino das águas residuais desta área, devendo acautelar no PP a solução adequada para o bom funcionamento de toda a área do PP e respetiva envolvente. Como referido, o inadequado serviço desta rede terá impacto significativos na qualidade dos recursos hídricos.

f. No n.º 3.8.3 (páginas 54 e seguintes) relativamente à Rede de ‘saneamento de água pluviais’ prevista no PP, importa articular as várias peças do Plano e completar este ponto com os seguintes aspetos:

- Como referido acima os vários conceitos devem ser clarificados e articulados nas várias peças do PP. Deve ser perceptível em que situações a utilização destas definições / conceitos abrangem (ou não) os sistemas de ‘drenagem e tratamento de águas residuais e pluviais’.

- O sistema previsto para esta rede deverá estar totalmente integrado na área de intervenção do PP, o que não se verificar na solução apresentada (conforme esquema da figura 26, página 57) e por isso carece de revisão.

- Deve ser clarificado qual a capacidade de vazão das respetivas linhas de água recetoras, e se há necessidade de previsão de estruturas de amortecimento de caudal.

- Devem ser definidos os pontos de descarga nas linhas de água que tenham capacidade para absorver o acréscimo de caudal. Na “Planta das infraestruturas propostas: drenagem de águas pluviais – c/ ref. II-03” não são indicados esses pontos, nem sobre a rede existente, nem quais as linhas de água recetoras, o que carece de revisão e complemento. De referir que esses ‘pontos de descarga’ estão sujeitos a licenciamento por parte da APA-ARHC.

- A solução de transporte das águas pluviais até às linhas de água recetoras poderá ter de contemplar soluções rugosas, de preferência com enrocamento em pedra, para diminuir a velocidade da água.

- Clarificar se existe esta rede na envolvente, como é ligada à rede proposta e se a rede existente comporta o acréscimo do caudal previsto na área do PP. Na “Planta das infraestruturas propostas: drenagem de águas pluviais – c/ ref. II-03” não é indicada qualquer ligação à rede existente.

Em síntese, é necessário assegurar o adequado encaminhamento e drenagem das linhas de água na área do PP. O não encaminhamento das mesmas, resultantes da interrupção natural da rede hidrográfica, ou o incorreto dimensionamento das redes pode levar a inundações ou perda de solo, reforça-se novamente a necessidade de clarificar estes vários fatores, no sentido de evitar problemas e impactos negativos futuros a jusante do PP.

g. Relativamente a todas estas infraestruturas, importa considerar ainda:

- O anexo 2 do presente parecer.

- Nas respetivas Plantas contendo o traçado proposto deve ser clarificado de que forma as mesmas ligam à rede existente ou prevista da envolvente, aspeto a clarificar dada a sua relevância.

- Uma vez que a CM será responsável pela urbanização da área objeto do PP, a CM deve junto das entidades gestoras das referidas infraestruturas, garantir e demonstrar que a infraestruturização prevista e as estruturas complementares existentes e previstas dão resposta atempada e adequada ao acréscimo da nova construção prevista para a área do PP e envolvente próxima.

- Para o efeito a CM poderá apresentar declaração(ões) a emitir pelas entidades gestoras destes sistemas públicos que ateste(m) a disponibilidade dos mesmos para as necessidades previstas na globalidade do presente Plano. Devem ainda ter em consideração que a implementação do Plano ocorre numa só fase aspeto a articular com o 'Programa de execução e Plano de financiamento' – ver indicações no n.º 4.1.1 do presente anexo 1.

h. Relativamente ao n.º 4 'estrutura ecológica' (páginas 62 e seguintes) é referido "A estrutura ecológica do PP é assim composta por:... Canal de regularização da linha de água a norte e o prolongamento deste ao longo do caminho municipal, estabelecendo-se um corredor verde entre o limite das parcelas e o passeio para recolha das águas pluviais..." aspeto a clarificar. O corredor verde proposto entre o limite das parcelas e o passeio para recolha das águas pluviais não se prolonga ao longo de caminho municipal, mas sim ao longo de uma nova via proposta que servirá várias parcelas e onde se prevê a ocorrência de tráfego pesado e regular.

i. No n.º 7.3 relativamente ao enquadramento no 'Plano Diretor Municipal de Aguiar da Beira' deve ser completado com o seguinte:

- Após o Aviso n.º 2600/2024, de 01 de fevereiro publicado em DR e que aprova a 2.ª alteração ao PDM, foram aprovadas em DR mais 2 declarações de correção e alteração em dezembro de 2024 e março de 2025.

j. Estão em falta os 'indicadores de monitorização' do Plano, aspeto a completar.

- No SNIRH é disponibilizada a informação referente às redes de qualidade ou quantidade dos recursos hídricos da APA, e esses dados podem dar resposta aos indicadores apontados se houver pontos de monitorização. Alerta-se desde já que poderá não ser possível obter dados para todo o concelho.

- A CM deve ter em atenção que terá de fazer a monitorização regular do Plano (e também da AAE), por isso deve avaliar e ponderar se tem forma de monitorizar todos os indicadores a propor.

k. Recomenda-se que bibliografia a usar neste processo seja identificada e tenha em consideração também os seguintes guias e informação técnica (recentes) adaptados ao procedimento do PP. De referir que alguns destes guias são considerados no RA da AAE do Plano (página 102 do RA):

- 'Guia orientador – Plano de Pormenor', publicado em 2024 pela CCDRC, o qual reúne contributos técnicos de vários organismos da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado, nomeadamente da APA  
- documento disponível no sítio eletrónico da CCDRC;

- 'Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT', publicado em 2020 pela Direção geral do Território (DGT), disponível no sítio eletrónico da DGT;

- 'Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais', publicado em dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT). Contém um conjunto de informação a considerar nos Planos: 'Adaptação às alterações climáticas, Serviços dos ecossistemas, Paisagem, Territórios de Baixa Densidade, Transporte Flexível, Economia circular, resíduos, Utilização sustentável do solo rústico e Sustentabilidade económico-financeira'. Documento disponível no sítio eletrónico da DGT;

- 'Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT', publicado em Janeiro 2020 pela Direção geral do Território (DGT), disponível no sítio eletrónico da DGT;

- 'Norma Técnica Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos Planos Diretores Municipais', Aviso n.º 9282/2021, 17 de maio, disponível no sítio eletrónico da DGT.

## 4.2. Relatório Ambiental da AAE

Da análise efetuada ao Relatório Ambiental (RA) preliminar, de fevereiro de 2025, constata-se que o RA se encontra bem identificado.

No Anexo 2 do RA foi apresentada uma tabela de ponderação com sistematização dos contributos das entidades consultadas na fase anterior deste procedimento de AAE e com fundamentação dos contributos não considerados. Constata-se que a maioria dos contributos da APA foram acolhidos e tidos em consideração na elaboração desta versão do RA, com algumas exceções.

Genericamente, o documento apresenta uma estrutura alinhada com as exigências legais e com as boas práticas existentes em matéria de avaliação ambiental para esta fase do procedimento de AAE. No entanto, no RA agora disponibilizado, subsistem alguns aspetos que devem ser completados ou melhorados no RA final, tal como apresentado neste parecer, de forma a obter um documento mais completo e robusto.

a. No n.º 1 da Introdução e ao longo do RA é referido que a área de intervenção do PP é de 36,6 ha e 36,5 ha. Em outras peças do PP é indicada a área de 37,4 ha (caso das Plantas de Implantação e Condicionantes do PP), aspeto a rever e clarificar.

b. Ainda neste n.º 1 consta: *"o presente documento refere-se ao Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão (RFCD) do Plano de Pormenor do Espaço de Atividades Económicas de Moreira"* e ainda *"o presente relatório dá assim cumprimento ao estipulado no n.º 1 do art.5.º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho e consubstancia a primeira fase da AAE, relativa à determinação do âmbito da AAE, bem como ao alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental. Não é objetivo deste documento realizar qualquer exercício de avaliação, mas antes apresentar os termos de referência e metodológicos de abordagem a utilizar para a respetiva AAE e servir de base à consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE)".* Também o início do n.º 3 refere a mesma fase inicial da AAE, aspeto a corrigir.

c. Importa retificar que a responsabilidade da entidade responsável pela elaboração do plano e respetiva AAE não se esgota com a emissão da Declaração Ambiental (DA), como referido ainda no capítulo introdutório, mas continua com a fase de seguimento da AAE (cf. artigo 11.º do RJAAE). Por outro lado, a DA não é só enviada à APA, mas também as restantes entidades consultadas, como aliás referido na página 6, pelo que este aspeto deve ser completado. Deve ainda ser publicitada na página da CM.

d. Na 'Figura 1 - Faseamento de elaboração do PP e da AAE', a fase 3 da AAE não corresponde a monitorização do plano, mas ao 'seguimento-monitorização / avaliação e controlo' da AAE do Plano, aspeto a alterar.

e. No n.º 4.3 do RA (páginas 12 e seguintes) relativamente à 'proposta de Plano' é feita referência às "*condicionantes legais em vigor, nomeadamente as seguintes: ... Domínio público hídrico (linhas de água, plano de água (lagoa) e respetivas margens de 10 metros*)...". Quanto à proposta de espaços verdes previstos na Planta de Implantação do PP é também feita referência ao "Plano de água (a requalificar)".

Solicita-se a clarificação quanto à existência, ou não, de plano de água (lagoa) na área do PP, uma vez que esta não é assinalada como condicionante ou como "Plano de água (a requalificar)" nas plantas do PP.

f. Ainda neste ponto é apresentado o "*quadro 1 – quantificação da proposta – quadro síntese*" (página 15 do RA), o qual é distinto do 'quadro síntese da proposta' que consta da Planta de Implantação do PP, aspeto a articular e retificar.

Igualmente a "Figura 3 - Proposta do Plano de Pormenor do Espaço de Atividades Económicas de Moreira" (página 16 do RA) apresenta uma proposta de solução urbanística distinta da que consta da Planta de Implantação do PP, aspeto a articular e retificar.

g. Quanto ao n.º 5, quadro 2 (página 17 do RA) e aos agentes envolvidos, não há necessidade de referir especificamente a ARHC, uma vez que a APA emite um parecer único no âmbito de todas as suas competências.

h. Relativamente ao estudo de alternativas, na introdução é referido "*de modo a permitir uma ponderação das várias alternativas que conduzam à tomada de decisão*" e no capítulo 2 é referido que "*no RA serão apresentadas as razões que justificam as opções e alternativas escolhidas para atingir os objetivos propostos, e descritas as diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação da implementação do PP*". Efetivamente, o anexo 2 refere que foi incluído um capítulo justificando a não consideração de alternativas. Contudo, considera-se que o n.º 6, designado Alternativas, (página 19 do RA), não justifica a ausência de alternativas apenas apresentando como um facto.

Relembra-se que na AAE de um Plano o estudo das opções alternativas de desenvolvimento é essencial para avaliar diferentes caminhos possíveis e escolher aquele que melhor equilibra desenvolvimento e sustentabilidade. A não consideração de alternativas limita a análise crítica e pode levar a decisões mal informadas, já que a AAE é um instrumento estratégico de apoio à tomada de decisão.

Para além da alternativa de não-ação (avaliar os impactos de manter o cenário atual), existem diversos tipos de alternativas que podem ser analisadas numa AAE: alternativas de localização, alternativas de intensidade ou escala, que avaliam o grau de desenvolvimento, uso ou transformação aceitável ou desejável e alternativas de modelo ou direção de desenvolvimento, que avaliam como o território será estruturado ou que lógica de desenvolvimento será adotada. Podem existir ainda algumas alternativas tecnológicas e alternativas normativas ou regulatórias.

Desta forma, a AAE do PP de espaços de atividades económicas de Moreira deveria ter sido focalizada na preparação da melhor opção possível numa ótica de sustentabilidade.

i. No que diz respeito ao Quadro de Referência Estratégico (QRE) (páginas 21 e seguintes do RA), importa ter em consideração as seguintes atualizações:

- O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Centro está em elaboração, foi determinado pela RCM n.º 177/2021, de 17 de dezembro. Recomenda-se a ponderação da



versão final do Plano, incluindo no anexo 1 do RA. Aspeto abordado nas páginas 49 e seguintes do RA;

- O Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (PGRH-RH4A), foi aprovado pela RCM n.º 62/2024, de 3 de abril, para o período 2022-2027;

- A referência ao Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais deve ser alterada para Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), aprovado pela RCM n.º 23/2024, de 5 de fevereiro, e alterado pela RCM n.º 109/2024, de 22 de agosto;

- O PERSU 2020+ foi revogado pelo PERSU 2030, aprovado pela RCM n.º 30/2023, de 24 de março.

j. Sugere-se que seja retirado do QRE a 'Diretiva Quadro da Água (DQA)' uma vez que são apresentados outros instrumentos nacionais relacionados: PNA, PGRH, etc.

k. Sugere-se que seja considerado os seguintes instrumentos cabendo à CM a ponderação da sua oportunidade.

- Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR 2030), RCM n.º 31/2023, de 24 de março,

- Plano Nacional para o Radão (PNRn), RCM n.º 150-A/2022, de 29 de dezembro, que estabelece um conjunto de ações para minimizar a exposição ao gás radão e reduzir o mais possível a incidência de cancro do pulmão daí decorrentes. Mais informação sobre este Plano pode ser consultada no site desta Agência.

(<https://apambiente.pt/prevencao-e-gestao-de-riscos/plano-nacional-para-o-radao>)

Relativamente a este último Plano refere-se que na página 82 do RA consta matéria sobre esta temática.

l. O anexo 1, relativo aos instrumentos do QRE, deve ser atualizado e para além dos objetivos, deve apresentar igualmente as metas, sempre que existentes. Estas serão importantes na fase de seguimento desta AAE.

Na página 30 do RA é referido *"na fase seguinte de apresentação do Relatório Ambiental, serão definidas as metas que o Município/Entidade Gestora, pretende alcançar para cada indicador de sustentabilidade apresentado, para o período de vigência do Plano."* Alerta-se que as metas do Município/Entidade Gestora devem estar articuladas com as metas dos instrumentos do QRE.

m. No n.º 7.4 (páginas 25 e seguintes) são apresentados os 4 Fatores Críticos para a Decisão (FCD). Contudo ao longo do RA os FCD surgem com designações por vezes distintas, aspeto a retificar.

n. No n.º 8 (páginas 28 e seguintes) o quadro de avaliação da presente AAE encontra-se refletido no 'Quadro 10: Critérios, Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores por FCD'. Verifica-se que foram selecionados critérios e indicadores em excesso. Em consonância com o "Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental", recomenda-se que os critérios de avaliação sejam limitados a dois por FCD e que os indicadores sejam, por sua vez, também limitados a dois ou três por critério de avaliação, de modo que seja possível manter o foco estratégico, pelo que se sugere um esforço de síntese relativamente à informação apresentada no quadro referido. Encontram-se em falta no mesmo quadro as fontes de informação para cada um dos indicadores.

o. Ao longo do RA são apresentados indicadores relacionados com o regime jurídico de prevenção de acidentes graves (RJPAG), caso esteja previsto algum estabelecimento desta natureza, a AAE deve avaliar ambientalmente esta circunstância.

De referir que o licenciamento ou autorização de um novo estabelecimento industrial, abrangido pelo RJPAG, só poderá concretizar-se, após emissão de parecer da APA que ateste a



compatibilidade da localização, no que respeita à prevenção de acidentes graves, sendo as zonas de perigosidade que lhe estão associadas comunicadas posteriormente à autarquia.

p. No n.º 9.3 do RA (páginas 63 e seguintes) relativamente ao “FCD 3 – Qualidade Ambiental e Recursos Naturais”, deve ser atualizada a situação atual de referência relativamente ao parâmetro Água, ver para o efeito o anexo 2 do presente parecer.

q. O ‘programa de gestão e monitorização ambiental’ é apresentado numa tabela do n.º 10 (páginas 93 e seguintes), deve ser ponderado e completado com os seguintes aspetos:

- São apresentados mais de 50, o que se considera excessivo. As boas práticas recomendam que não se exceda os 20 e a experiência mostra que quanto mais indicadores, mais difícil é manter o programa de controlo atualizado, pelo que se recomenda a revisão do programa de monitorização ambiental.

- Ainda em relação ao mesmo quadro, as metas apresentadas devem ser quantitativas, sempre que possível. Encontra-se ainda em falta os valores de referência, com indicação do ano base.

- Na tabela é ainda referida a periodicidade de 3 anos, alerta-se que a avaliação e controle da AAE do PP tem uma periodicidade anual, conforme previsto no RJAAE.

- Como referido acima, também nesta tabela são apresentados indicadores relacionados com o regime jurídico de prevenção de acidentes graves (RJPAAG), aspeto a clarificar.

r. Releva ainda referir que se encontram em falta alguns elementos de análise importantes nesta fase do procedimento de AAE, a saber:

- Descrição dos efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do Plano (secundários, cumulativos, sinérgicos, permanentes, temporários, curto, médio e longo prazo, positivos e negativos);

- Descrição das medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar efeitos adversos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do Plano;

- Identificação das autoridades ambientais e de saúde a consultar no âmbito da AAE do PP, bem como do público-alvo e ONG a ser consultadas sobre o mesmo.

s. Importa também que fique explícito no RA a forma como as orientações de seguimento / medidas de planeamento e gestão resultantes do procedimento de AAE foram consideradas na proposta de PP, indicando, por exemplo, o artigo do regulamento ou o capítulo do relatório do plano em que foram refletidas. O Relatório do plano deve demonstrar, de igual forma, quais as medidas, recomendações e contributos que o procedimento de AAE deu para a proposta de Plano. Nem o relatório, nem o regulamento disponibilizado à data mencionam a AAE e o seu contributo para a proposta de plano, aspeto a completar.

Contudo no RA é indicado corretamente os contributos da AAE no Regulamento do PP (ver tabelas contendo as medidas observadas no plano) - páginas 36 e seguintes no RA.

t. O RJAAE prevê que o RA seja acompanhado de um Resumo Não Técnico (RNT), documento que não foi apresentado nesta fase. Este deve ser um documento autónomo, sintético, não excedendo as 20 páginas, excluindo cartografia, se necessário. A linguagem deve ser simples, clara e concisa, sem termos técnicos, acessível a todos os tipos de intervenientes.

u. Por fim, alerta-se para que as referências cruzadas ao longo de todo o relatório apresentam a menção “*Erro! A origem da referência não foi encontrada*”, aspeto a retificar.

v. No anexo 2 do RA – quadro 17 (páginas 122 e seguintes) relativamente à ponderação do parecer da APA /ARHC deve ser considerado o seguinte:

- É feita referência por lapso à APA /ARH TO, aspeto a retificar;

- A este propósito, não há necessidade de referir especificamente as Administrações de Região Hidrográfica (ARH), uma vez que são serviços territorialmente desconcentrados da APA no território nacional. A APA emite pareceres únicos e acautela todas as suas competências;
  - No quadro consta a referência "Análise da Equipa Técnica", alerta-se que a análise e ponderação deve ser igualmente validada pela Câmara Municipal;
  - Neste quadro de ponderação não foram avaliados os "outros aspetos a considerar no processo de elaboração do PP e AAE" indicados no anterior parecer da APA. Na fase seguinte deve ser feita a ponderação de todo o parecer com justificação dos contributos eventualmente não considerados.
- w. Na tabela do n.º 11 – Governança (páginas 96 e seguintes) é também feita referência por lapso à APA /ARH N, aspeto a retificar.
- x. Quanto à bibliografia usada na AAE (n.º 14, página 102) deve ser considerado o seguinte guia (atualizado): 'Guia orientador – Plano de Pormenor', publicado em 2024 pela CCDRC, o qual reúne contributos técnicos de vários organismos da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado, nomeadamente da APA - documento disponível no sítio eletrónico da CCDRC.

#### **4.2.1. Fases seguintes do procedimento de AAE**

No que concerne às fases seguintes deste procedimento de AAE, importa considerar os seguintes aspetos:

- Caso seja prevista a instalação de estabelecimentos enquadrados no RJPAG (Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto<sup>8</sup>), o RA deve efetuar a respetiva análise;
- Os comentários acima efetuados deverão ser tidos em consideração na revisão do RA e do RNT a sujeitar a discussão pública, juntamente com a proposta de plano;
- A ponderação dos contributos das entidades deve constar no RA revisto, em tabela própria (preferencialmente em anexo), com justificação dos contributos eventualmente não considerados;
- Em simultâneo com a versão final do Plano deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas institucional e pública, que deve ser enviado à APA e restantes entidades consultadas, juntamente com a Declaração Ambiental, aquando da publicação do Plano. Os resultados das consultas institucional e pública deverão igualmente ser vertidos no Plano, sempre e quando pertinente.
- Deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. De lembrar que a DA a disponibilizar no site da CM deverá ser assinada, datada e referir o cargo do responsável pela sua emissão, de acordo com a nota técnica da APA, disponível no site desta Agência.
- Aquando da publicação do Plano em Diário da República, deve ser feita alusão ao facto de o mesmo ter sido sujeito a um procedimento de AAE.

---

<sup>8</sup> Regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (RJPAG) - Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto

- Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do artigo 11º do RJAAE). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA. Existe igualmente um documento orientador sobre esta fase da AAE disponível no site da APA.

De assinalar que toda a informação relevante sobre a AAE se encontra sistematizada na página da internet da APA, podendo ser acedida através da seguinte hiperligação:

<https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/avaliacao-ambiental-estrategica>

#### 4.3. Plano de Financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Analísado este Relatório, datado de maio de 2025, deve ser completado, nomeadamente nos aspetos seguintes:

- O Quadro 1 apresenta a 'Programação do investimento previsto' (página 3) e é indicada a estimativa do investimento referente à 'Execução das obras de urbanização previstas pelo plano (arruamentos e infraestruturas de abastecimento, saneamento, pluviais, rede elétrica e de telecomunicações)', importa verificar se todas as estruturas necessárias estão aqui previstas.

- No quadro 7 (página 48 – imagem abaixo) dos 'Estudos de Caracterização' é apresentada a necessidade de construção de um reservatório de água para abastecimento de água na área do Plano. O mesmo está também sinalizado na Planta de Implantação do PP, face aos custos estimados e apresentados, deve ser clarificado se esta estrutura "*mais cara e que implica mais infraestruturas*" está considerada no presente 'Plano de Financiamento' e também no 'Programa de Execução' apresentado para o PP.

Quadro 7: Resumo das opções possíveis para o abastecimento de água		
Opções de ligação da rede da área em estudo	Vantagens	Implicações
Ligação à rede em projeto nas imediações da área de intervenção	Mais barato	A rede existente e em projeto terá de comportar caudal de incêndio A rede existente e em projeto terá de ser pressurizada para pressões mais elevadas Em caso de falha de energia a área em estudo fica automaticamente sem água
Nova ligação direta ao reservatório, construindo uma estação hidropressora	Não implica com redes já construídas Mais barato que construir um reservatório	Em caso de falha de energia a área em estudo fica automaticamente sem água
Construção de um reservatório no ponto mais alto da área de intervenção e conseguir abastecer grande parte da área de intervenção por gravidade e uma pequena parte por uma estação hidropressora.	Reserva própria para o espaço de atividades económicas Abastecimento por gravidade na maior parte da rede com capacidade de reserva em caso de falha de energia	Mais caro Mais infraestruturas

Fonte: Própria

- No quadro 8 (página 50 – imagem abaixo) dos 'Estudos de Caracterização' é apresentada a necessidade de construção de estação elevatória para drenagem das águas residuais na área do Plano. A mesma está sinalizada na Planta de Implantação do PP, face aos custos estimados e apresentados, deve ser clarificado se esta estrutura está considerada no presente 'Plano de Financiamento' e também no 'Programa de Execução' apresentado para o PP.

Quadro 8: Resumo das opções possíveis para o saneamento de águas residuais		
Opções de ligação da rede da área em estudo	Vantagens	Implicações
Ligação à rede em projeto nas imediações da área de intervenção de ambas as bacias de drenagem	Mais barato Todo o caudal é centralizado no mesmo sistema (Prado), gerido pela Águas do Vale do Tejo	Necessidade de estação elevatória
Ligação de cada uma das bacias naturais a Moreira e a Urgeira	Não tem necessidade de estação elevatória	O caudal é separado para o sistema do Prado, gerido pela Águas do Vale do Tejo e para o sistema de Urgeira, gerido pela Câmara Municipal de Aguiar da Beira

Fonte: Própria

Ainda sobre o sistema de infraestruturas – drenagem de águas residuais, no Relatório de proposta do PP é referido "...é necessário garantir que: a) A ETAR tem capacidade para tratar as águas residuais em apreço, quer em termos de caudal, quer em termos de carga; b) Os coletores a jusante da área em estudo são capazes de comportar o aumento de caudal afluyente." Estes aspetos devem ser avaliados e apresentadas no PP soluções claras quanto à eventual necessidade de estruturas complementares (ETAR, etc.) para o adequado destino e tratamento das águas residuais (saneamento).

#### 4.4. Estudos de Caracterização

Analizado este Relatório designado 'Estudos de Caracterização', datado de dezembro de 2024, deve ser completado e revisto, nomeadamente nos aspetos seguintes:

a. Devem ser considerados os aspetos indicados no n.º 4.1 do presente anexo 1, referente à apreciação do 'Relatório da proposta do Plano' uma vez que vários desses pontos são comuns e carecem das mesmas retificações e complementos.

b. Nos n.ºs 1.1, 2 e em outros pontos deste documento é referido que a área de intervenção do PP é de 36,6 ha, mas em outras peças do PP é indicada a área de 37,4 ha (caso das Plantas de Implantação e Condicionantes do PP, etc). Sobre este assunto, no n.º 3.1 do Relatório da proposta do Plano é indicado que o atual limite do PP é de 37,4ha e o limite do PP original era de 36,6 ha, aspeto a rever e articular nas várias peças do PP.

c. No n.º 3.3 (páginas 13 e seguintes) relativamente ao enquadramento no 'Plano Diretor Municipal de Aguiar da Beira' deve ser completado com o seguinte:

- Após o Aviso n.º 2600/2024, de 01 de fevereiro publicado em DR e que aprova a 2.ª alteração ao PDM, foram aprovadas em DR mais 2 declarações de correção e alteração em dezembro de 2024 e março de 2025.

- Relativamente à UOPG 4 prevista no PDM para a área do PP no que se refere às 'orientações para a execução' é indicado que "...A execução deve ser enquadrada em Plano de Pormenor e ou Programa de Ação Territorial que devem estabelecer o modelo de ocupação para a globalidade

da área...” aspeto a rever uma vez que no PDM em vigor já não está prevista como forma de execução o Programa de Ação Territorial.

d. No n.º 4.4 (páginas 41 e seguintes) relativamente às ‘infraestruturas urbanas’, como referido acima no n.º 4.1 do anexo 1 do presente parecer, também os conceitos a utilizar devem ser articulados nas várias peças do PP – caso de “n.º 4.4.2 Saneamento de águas residuais, n.º 4.4.3 Saneamento de águas pluviais”, plantas das infraestruturas propostas no PP, para que não subsistam dúvidas.

e. No n.º 4.4.3 (páginas 52 e seguintes) relativamente à infraestrutura designada “Saneamento de águas pluviais” é feita referência ao ‘lago existente / bacia de retenção de águas pluviais’, sendo indicado *“Beneficiando da bacia de retenção criada pela exploração de inertes, poder-se-á mantê-la como espaço de retenção e canalizar as águas pluviais dessa bacia para ela. As que drenam para sueste, para a outra bacia, poderão ser drenadas sempre que possível para a linha de água natural”*. Uma vez que a opção do Plano não foi a de manter este plano de água, mas sim de o eliminar, solicita-se a justificação para a opção tomada e a respetiva articulação nas várias peças do PP.

f. Com base nas análises setoriais efetuadas, justifica-se depois resumir e sistematizar os principais pontos fortes e fracos do sistema biofísico, ou seja, as potencialidades e ameaças presentes, os riscos naturais e antrópicos que exigem ações de prevenção ou de correção com significado ao nível do ordenamento do território na área do Plano. Esta informação poderá também ser obtida pela monitorização efetuada ao PDM (REOT) e pelo resultado dos Relatórios de Avaliação e Controle da AAE do PDM.

g. Recomenda-se que bibliografia usada neste Relatório seja identificada e tenha em consideração também os guias e informação técnica (recentes) adaptados ao procedimento do PP. De referir que alguns destes guias são considerados no RA da AAE deste Plano (página 102 do RA) – ver as indicações acima no n.º 4.1 do anexo 1 do presente parecer.

#### **4.5. Peças desenhadas que acompanham o Plano**

##### **4.5.1. Cartografia de Base**

- A rede hidrográfica deverá apresentar continuidade e coerência no seu traçado e poderá ter por referência a hidrografia representada na Carta Militar, a qual se tem revelado como sendo a mais próxima da situação presente no território. A omissão de linhas de água, caso existam, na representação gráfica da rede hidrográfica de base (cartografia homologada) deve ser sempre acautelada/complementada na representação do domínio hídrico, para que se apliquem as normas ou condicionantes à totalidade da rede hidrográfica existente no território.

Nos termos da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua atual redação, a margem das linhas de água não navegáveis nem fluviáveis, nomeadamente torrentes, barrancos e córregos de caudal descontínuo, também se encontram sujeitas a servidão administrativa do Domínio Hídrico.

- Caso existam, as linhas de água (a céu aberto e canalizadas) e outros componentes da rede hidrográfica devem ser caracterizados, representados nas plantas do Plano e identificados com a respetiva toponímia sempre que conhecida. Devem constar da legenda das plantas do Plano de forma articulada como “Hidrografia” ou “Rede Hidrográfica”.

Como referido neste ofício, na Planta de Condicionantes do PP as linhas de água, caso existam, devem ser distinguidas e constar como “Recursos Hídricos – leitos e margens das águas fluviais” e as restantes como “Hidrografia” ou “Rede Hidrográfica”.



- Relativamente às peças desenhadas do Plano deve ser ponderada/avaliada a utilização da 'Norma Técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos PDM – anexos I, II, III'. Aprovada pelo Aviso n.º 9282/2021, 17 de maio. Datado de fevereiro 2021, disponível no site da DGT em:

[https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/Modelodados\\_PDM\\_18022021\\_Vol1\\_e\\_Vol2.pdf](https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/Modelodados_PDM_18022021_Vol1_e_Vol2.pdf)

- Nas fases seguintes, as plantas a disponibilizar para apreciação devem permitir a sobreposição com a informação vetorial disponível. Solicita-se que a CM apresente a informação vetorial necessária e organizada em formato *shapefile* e no sistema de coordenadas ETRS89 – PTM06.

#### **4.5.2. Plantas de infraestruturas**

Conforme previsto nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 102.º do RJIGT, o PP estabelece nomeadamente a *"definição e caracterização da área de intervenção identificando ... todas as infraestruturas relevantes para o seu desenvolvimento"* e ainda a *"implantação das redes de infraestruturas, com delimitação objetiva das áreas que lhe são afetas"*.

No seguimento do exposto acima, as Plantas, datadas de fevereiro de 2025, contendo os traçados das Infraestruturas devem ser completadas e revistas tendo presente o referido neste parecer e os seguintes aspetos:

- Considerar a informação referida acima sobre a Cartografia de Base – ver n.º 4.5.1 do anexo 1 do presente parecer.
- Considerar também as indicações constantes no n.º 4.1 do anexo 1 do presente parecer.
- Não foi remetida a informação geográfica completa referente às Plantas de infraestruturas pelo que a análise efetuada baseou-se apenas nas Peças Desenhadas disponibilizadas em PDF.
- Relativamente a todas estas infraestruturas, deve ser clarificada de que forma as várias redes de infraestruturas se articulam e ligam com as redes existentes e se as mesmas comportam o acréscimo do caudal previsto na área do PP com cerca de 37,4 ha.

##### Planta das Infraestruturas Propostas - Abastecimento de água (n.º II-01)

- Nos documentos do PP a CM identificou ser necessário executar várias componentes / estruturas de modo a garantir a adequada infraestruturização de toda a área do Plano, deve ser articulada a execução destas estruturas com o 'Programa de Execução e Plano de Financiamento' (PEPF) previsto.
- Face às necessidades de água estimadas, atendendo a que o PP passará a dispor de uma considerável área destinada a espaços verdes, deverá ser indicada aqui se há necessidade de rega destes espaços e qual a respetiva origem da água. Para a rega destes espaços devem ser previstas soluções de reaproveitamento de águas pluviais e/ou residuais.

##### Planta das Infraestruturas Propostas – Drenagem de águas residuais (n.º II-02)

- A data da planta não é perceptível, aspeto a retificar.
- Como referido neste ofício, no n.º 3.8.2 (páginas 50 e seguintes do Relatório do Plano) é referido *"Na área em estudo, na eventualidade de serem produzidas águas residuais de características compatíveis com águas residuais urbanas, na parte que drena para sudoeste, elas poderão ser encaminhadas para a ETAR do Prado, conforme informação obtida junto da Câmara Municipal de Aguiar da Beira. No entanto, é necessário garantir que: a) A ETAR tem capacidade*



*para tratar as águas residuais em apreço, quer em termos de caudal, quer em termos de carga;  
b) Os coletores a jusante da área em estudo são capazes de comportar o aumento de caudal afluente.”*

Este aspeto deve ser avaliado e apresentadas soluções claras quanto ao destino e tratamento das águas residuais (saneamento), ou seja deve ser acautelado se a(s) ETAR urbana existente tem capacidade para receber os efluentes produzidos na área do PP.

#### Planta das Infraestruturas Propostas - Drenagem de águas pluviais (n.º II-03)

- De acordo com o previsto no PP, prevê-se vir a impermeabilizar uma grande percentagem da área de intervenção com lotes a edificar. Este facto levará ao aumento dos caudais de ponta e ao aumento da velocidade da água que escorrerá da área intervencionada.

Nesta planta de drenagem de águas pluviais é possível verificar que se pretende deslocar a maior parte das águas para Sul do PP, para um local onde atualmente não existe qualquer encaminhamento. Esta pretensão vai alterar por completo a dinâmica da derivação das águas existente no terreno.

A este propósito, na planta de condicionantes do Plano está assinalada uma linha de água a NE do projeto, sendo um local para onde as águas pluviais escorrem.

Propõe-se a alteração do sistema de águas pluviais previsto e respetivo projeto, de forma a encaminhar a maior parte destas águas para NE do projeto, utilizando uma parcela de terreno ali existente e onde não se preveem edifícios, para criar uma bacia de contenção que permita o escoamento das águas pluviais de forma controlada.

Ou seja, deve ser clarificado qual a capacidade de vazão das respetivas linhas de água recetoras, e se há necessidade de previsão de outras estruturas de amortecimento de caudal.

- Como referido neste ofício, devem ser definidos os pontos de descarga em linha de água que tenham capacidade para absorver o acréscimo de caudal. No Relatório do Plano é referida a descarga nas linhas de água existentes. Esta Planta deve identificar as linhas de água recetoras de descargas, o que não se verifica.

- O sistema previsto para esta rede deverá estar totalmente integrado na área de intervenção do PP, o que não se verifica na solução apresentada e por isso carece de revisão - ver para o efeito a página 57 do Relatório do Plano, esquema da figura 26.

- Clarificar se existe esta rede na envolvente, se está ligada à proposta e se a existente comporta o acréscimo do caudal previsto na área do PP.

#### **4.5.3. Planta da Situação Existente – Base cartográfica**

- Esta Planta datada de janeiro de 2025 (n.º VI-11) deve ser completada com a informação referida acima sobre a Cartografia de Base – ver n.º 4.5.1 do anexo 1 do presente parecer.

- Nesta planta e legenda toda a rede hidrográfica / hidrografia é designada como “ribeiras e linhas de água”, na Planta de Condicionantes do PP a rede hidrográfica / hidrografia é designada como “linhas de drenagem”, aspeto a clarificar e articular nas várias peças do PP - ver n.ºs 3.2 e 3.3 do anexo 1 do presente parecer.

#### **4.5.4. Planta da Situação Existente - Infraestruturas**

- Esta Planta datada de janeiro de 2025 (n.º VI-13) deve ser completada com a informação referida acima sobre a Cartografia de Base – ver n.º 4.5.1 do anexo 1 do presente parecer.

- Nesta planta e legenda deve ser usada uma cor diferente do azul para assinalar os traçados das infraestruturas existentes. As linhas azuis destes traçados confundem-se com as linhas azuis da rede hidrográfica / hidrografia da cartografia de base.

## **5. Articulação com o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA)**

Tendo em conta que o regime jurídico de AAE se articula com o regime de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA), importa salientar a necessidade de ser garantida a articulação entre estes dois momentos de avaliação ambiental, como patente nos respetivos quadros legais.

Neste sentido, caso o presente PP possa constituir enquadramento para a futura aprovação de projetos abrangidos pelo RJAIA, definido pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro (na sua atual redação), o Plano e respetivo RA deve abordar claramente a necessidade desta articulação e desenvolver a relação entre a AAE deste Plano e a AIA dos futuros projetos enquadrados pelo mesmo, abordando as metodologias a adotar para garantir que os resultados da AAE são considerados e servem de orientação para a definição dos referidos projetos e da sua avaliação ambiental, dando corpo ao disposto no n.º 2 do artigo 13.º do RJAIE.

## Anexo 2

### Breve descrição da área do PP de Espaços de Atividades Económicas de Moreira no âmbito dos recursos hídricos e outras matérias da competência da APA

No âmbito dos recursos hídricos superficiais a área do PP insere-se na sub-bacia da massa de água superficial indicada na tabela que se segue, onde se encontra também mencionado o respetivo estado global, neste caso 'Inferior a Bom', conforme consta no Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis, 2022-2027 (PGRH RH4A)<sup>9</sup>.

Código e nome das Massas de Água	Tipologia	Estado 3º ciclo PGRH
PT04MON0574 – Rio Dão	Rio	Inferior a Bom

No que respeita à massa de água subterrânea, a área de intervenção situa-se sobre a massa de água indicada na tabela que se segue, onde se encontra também mencionado o respetivo estado global, neste caso 'Bom'.

Código e nome Massa de Água	Estado 3º ciclo PGRH
PTA0x2RH4 – Maciço Antigo Indiferenciado da bacia do Mondego	Bom

De salientar que um dos objetivos do PGRH RH4A (objetivo estratégico – OE3 do anexo IV) é que se atinja e mantenha o bom estado em todas as massas de água, situação que deve ser tida em consideração no presente processo de PP e na AAE, nomeadamente no que se refere à massa de água superficial.

Quanto à caracterização do local e zona envolvente:

- Trata-se de uma zona de cumeada, relativamente plana.
- Existe um desnível de aproximadamente 20 metros entre a cota mais alta e a cota mais baixa para SO da área do Plano e 15 metros para NE, representando uma bacia maior, logo uma maior quantidade de água.
- É perceptível que a água da chuva deverá afluir a 1 ponto específico existente a NE da área do Plano.



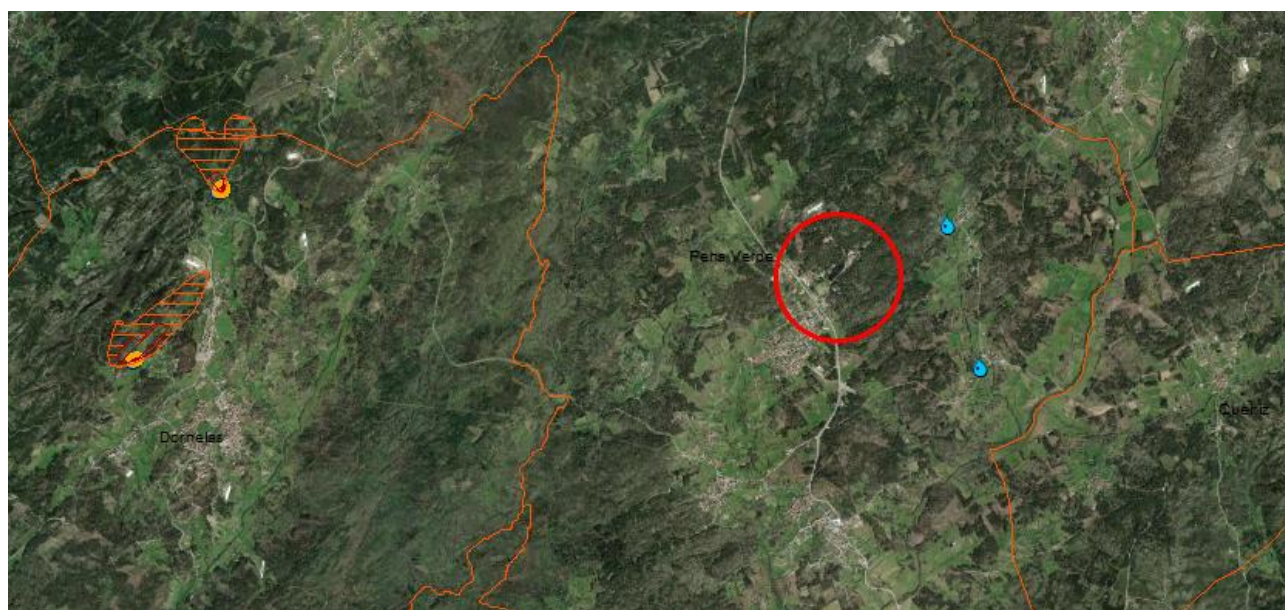
Perfil de elevação

<sup>9</sup> Aprovado por RCM n.º 62/2024, de 3 de abril

Relativamente às captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público no concelho de Aguiar da Beira, verifica-se o seguinte – ver imagem abaixo:

- Existem 5 captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público com perímetros de proteção publicados através da Portaria n.º 202/2016, 22 de julho. Duas delas distam cerca de 5km a poente da área do PP;
- Existem 2 captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público sem perímetros de proteção. Uma delas dista cerca de 600m e a outra cerca de 1200m, ambas a nascente da área do Plano.

Para estas, deverá ser promovida a delimitação dos perímetros em falta, tratando-se de uma medida importante de proteção das águas a captar que deve ser diligenciada pela entidade gestora das captações.



Círculo cor vermelha – área aproximada do PP

A cor laranja – 2 captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público com perímetros de proteção.

A cor azul – 2 captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público sem perímetros de proteção.

A correspondente informação geográfica está disponível no *sítio eletrónico* da APA, no seguinte endereço: <https://snamb.apambiente.pt/content/geo-visualizador>

De salientar ainda que, nos termos da Lei da Água, a área do PP está integrada nas seguintes zonas protegidas:

- 'Área de influência da zona sensível da Albufeira da Aguieira', classificada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 198/2008, 8 de outubro, de onde decorrem condicionantes ao nível do tratamento de águas residuais;

- A massa de água subterrânea (PTA0x2RH4) 'Maciço Antigo Indiferenciado da bacia do Mondego' é também zona designada para captação de água destinada ao consumo humano, de acordo com o artigo 7º da Diretiva Quadro da Água (DQA)<sup>10</sup>.

A correspondente informação geográfica está disponível no *sítio eletrónico* da APA, no seguinte endereço: <https://sniamb.apambiente.pt/content/geo-visualizador>

Todas estas classificações deverão ser ponderadas aquando da elaboração da AAE e do PP.

---

<sup>10</sup> Diretiva Quadro Água, <http://apambiente.pt/dqa/> (DQA – Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro)